

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Eleitor cansado



**Quase 4 entre 10 eleitores rejeitam candidatos apadrinhados por Lula ou Bolsonaro**

**A**lém da desaprovção ao presidente Lula da Silva, a última pesquisa Genial/Quaest mostrou um dado eloquente sobre as eleições municipais deste ano: 37% dos entrevistados gostariam de votar num nome

considerado independente em relação tanto a Lula quanto ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Em outras palavras, praticamente 4 entre 10 brasileiros querem se ver livres da dominância dos dois principais líderes populares do Brasil, sinal evidente de cansaço dessa parcela da população com a polarização e a radicalização que dividem o País entre o lulopetismo e o bolsonarismo.

Não há dúvida de que os dois polos seguem como as maiores forças políticas e eleitorais – em grande medida fruto da política de exacerbação do medo e da rejeição mútua. Foi isso, afinal, que decidiu a eleição em favor do petista em 2022, por uma margem muito estreita: metade tinha medo da volta do PT, e a outra metade não queria manter Bolsonaro no poder. O resultado é um desalento para um país que se vê, em sua maioria, condenado a escolher entre duas opções ruins. Também é inquestionável que a divisão ultrapassou as fronteiras partidárias para se converter num enfrentamento ininterrupto na vida em sociedade, em que dois grupos com preferências e visões de mundo diferentes se tornaram intolerantes entre si.

O problema, sublinhe-se, não é a limitação de termos apenas duas forças eleitoralmente competitivas, e sim a qualidade dessas forças e, sobretudo, a incapacidade de seus grupos (e de seus líderes) de atuar pela pacificação nacional. A polarização é um jogo que só favorece seus atores principais: é de interesse de ambos que o outro ocupe espaço simbólico na cabeça do eleitor, pois afinal costumam trabalhar com a lógica de ter um

inimigo para chamar de seu. Como disse o ex-presidente Michel Temer ao *Estadão*, mais do que a polarização, é a radicalização que opera hoje os conflitos de ideias, e não à toa nem Lula nem a oposição liderada por Bolsonaro trabalharam pela desejável pacificação.

Não raro pesquisas mostram que boa parte dos eleitores que se identificam como lulopetista e bolsonarista é infensa a opiniões das quais discorda, só se informa por meios com os quais concorda e tem enorme dificuldade de conviver com o diferente. O resultado é a carência da pluralidade de ideias e o empobrecimento do debate. Mas, para 37% dos brasileiros, as eleições deste ano serão uma notável oportunidade para reduzir o peso dessa cisão e suas consequências. Segundo a Genial/Quaest, a influência de Lula pesa mais: 33% votariam num candidato alinhado a ele, enquanto 22% prefeririam alguém indicado por Bolsonaro. Como cabo eleitoral, Lula leva a melhor no Nordeste; Bolsonaro, no Sul; ambos se igualam no Sudeste. É sintomático, porém, que a maioria declare querer, na sua prefeitura, alguém independente dos dois.

Há uma massa cansada da guerra nas redes sociais e nos espaços de convivência, e com a radicalização que interdita o debate e impede a busca de consenso que deve reger qualquer ambiente democrático. O tamanho do universo de quem não quer nem Lula nem Bolsonaro é hoje o reconhecimento dos danos produzidos até aqui pela continuidade do atraso que os dois polos representam. ■

## Estudo

## Juiz ganha quase o dobro do que recebe advogado com doutorado

WESLEY GALZO  
BRASÍLIA

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio tem sido defendida por parlamentares, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sob o argumento

de que o incremento de 5% nos salários de juízes e procuradores a cada cinco anos é necessário para manter essas carreiras atrativas e evitar a fuga de quadros para a iniciativa privada.

No entanto, nota técnica elaborada pelo Instituto Liberal mostra que os membros do Poder Judiciário têm rendimen-

tos superiores aos de outros profissionais do Direito que atuam na iniciativa privada e possuem nível de qualificação elevado. O levantamento uniu dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Portal da Transparência e do IBGE. O Instituto Liberal produz conteúdos sobre o liberalismo por

meio de artigos, eventos, cursos e estudos, como o feito sobre a PEC do Quinquênio.

Conforme o estudo, o rendimento médio dos juízes federais no País é de cerca de R\$ 34,5 mil por mês, enquanto o de um advogado com doutorado é de R\$ 18,9 mil. Já um procurador recebe cerca de R\$ 27 mil por mês; um advogado com especialização ou mestrado ganha aproximadamente R\$ 8,7 mil mensais.

**BENEFÍCIOS.** As carreiras jurídicas ganham bonificações que incrementam os salários. Os advogados recebem honorários advocatícios; já magistrados e procuradores acumulam penduricalhos, que, como mostrou o *Estadão*, podem elevar os vencimentos até a casa dos milhões, a exemplo do que ocorreu no Tribunal de Justiça de Rondônia em fevereiro.

Quando a comparação é feita em linhas mais gerais, a disparidade é ainda maior. A remuneração média dos procuradores é superior ao que recebem 99,5% dos profissionais do setor privado, e a dos magistrados federais está acima de 99,7% dos integrantes da iniciativa privada. O estudo destaca que o salário dos magistrados cresceu 23%, entre 2017 e 2024, enquanto a renda média dos brasileiros cresceu 6% no período, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Continuada.

“Este dado sugere que é muito pouco provável que magistrados e procuradores federais

transacionem no setor privado em busca de melhores salários pelo simples fato de que não há trabalhos suficientes que poderiam oferecer melhores condições salariais, especialmente quando consideramos que estes precisariam abrir mão de sua estabilidade”, afirma a nota do instituto. O estudo sustenta que, com base em dados disponíveis em diferentes repositórios, não há evidências de “precarização” ou “sucateamento” dessas carreiras, como alegam alguns defensores da PEC do Quinquênio.

O estudo não conseguiu mapear a quantidade de magistrados que deixam a profissão a cada ano no País. A equipe responsável pelo levantamento, porém, compilou o número de exonerações no Judiciário de Santa Catarina. Entre 2018 e 2022, foram 222 desligamentos de magistrados no Estado,

**PEC do Quinquênio**  
**Dados contrariam tese de que proposta é necessária para evitar uma fuga de quadros para setor privado**

que tem cerca de 13 mil homens e mulheres como parte da sua força de trabalho. No período, 1,35% alegou insatisfação salarial como motivo do desligamento. A principal justificativa apresentada pelos magistrados que deixaram a carreira foi o desejo de ter outras experiências profissionais.

Para o presidente do Instituto Liberal, Lucas Berlanza, “o estudo é particularmente relevante porque se concentra em demonstrar que as evidências contrariam essa ideia” de que procuradores e magistrados são desvalorizados e, portanto, tenderiam a abandonar as carreiras para trabalhar na iniciativa privada. ■

**COLUNA**

**SECOVISP**  
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Journalista Responsável: Silvia Carneiro - MTB 19.466

Ano 41 Nº 2180 - 15 de maio de 2024

secovi.com.br

**Criação de empregos impulsiona crescimento do País**

**Regulamentação da reforma tributária preocupa manutenção desse ciclo positivo**

**Q**uando a economia não vai bem, o desemprego é um dos primeiros sintomas apresentados. É por isso que qualquer melhora na taxa de contratações é um positivo sinal. E o Brasil apresenta bons resultados. O mercado formal de trabalho fechou o primeiro trimestre deste ano com a criação de 719 mil empregos, considerando admissões menos demissões. Uma alta de 33,9% em relação ao registrado no mesmo período de 2023, quando os novos postos com carteira assinada atingiram 536,8 mil.

O setor de construção contribuiu com a geração de quase 110 mil empregos – 15% do total. Esta participação tem a ver com vários fatores, dentre eles a gradual retomada de obras de infraestrutura e, principalmente, pela positiva dinâmica do mercado imobiliário – 45.630 novas vagas –, cujo desempenho é acompanhado mensalmente pela Pesquisa Secovi – confira os últimos dados em <https://secovisp.com/PMI>.

A construção responde pela geração in-

**Construção gerou quase 110 mil novos empregos com carteira assinada**

tensiva de empregos. A continuidade desse processo depende de inúmeras condições, dentre elas a regulamentação da reforma tributária. Preocupados com eventual aumento da carga tributária sobre o setor, Secovi-SP e outras entidades da área têm dialogado intensamente com o governo para promoção de ajustes na proposta apresentada. Encarecer o preço do imóvel significa impedir que famílias comprem a casa própria, reduzir a produção de unidades e, conseqüentemente, a oferta dos postos de trabalho que a sociedade precisa.

**LEIA MAIS**